

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

JOSÉ RICARDO PEREIRA SANTIAGO JÚNIOR

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DA TRANSFORMAÇÃO

Rio de Janeiro – RJ

2005

JOSÉ RICARDO PEREIRA SANTIAGO JÚNIOR

A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO AGENTE DA TRANSFORMAÇÃO

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Escola de Educação da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia.

Orientador: Prof<sup>a</sup> Malvina Tânia Tuttman

Rio de Janeiro – RJ

2005

Dedico este trabalho ao meu pai, Ricardo, pelo estímulo e confiança no meu sucesso;

À minha mãe, Verônica, pela dedicação e amor incondicionais;

À minha irmã, Priscilla, parceira de longas conversas;

À minha mulher, Milena, pelo amor, carinho, aconchego e força, ministrados na dose certa, quando o cansaço me fazia desanimar;

E a Deus, força infinita, que me deu de presente o amor dessas pessoas, sem o qual eu não chegaria até aqui.

Amo vocês.

## RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso trata de um Projeto de Extensão desenvolvido no município de Queimados, com um grupo de professoras de Educação Infantil da Rede Oficial de Ensino. Para contextualizá-lo, o trabalho vai tecer um breve histórico da uma Extensão, concebida pelo ponto de vista do Movimento Estudantil Brasileiro, destacando as três fases distintas pela qual passou esta organização no decorrer da história de nosso país – da Colonização até o Estado Novo; do Estado Novo até o Golpe Militar; do Golpe Militar até a Abertura Política. Descreve ainda, o contexto do estudo que permitiu a elaboração desta monografia, partindo de uma visão mais ampla – a Extensão na UNIRIO – para um aprofundamento – o Programa Escola-Cidadã e o Projeto **O trabalho cotidiano em turmas de Educação Infantil – Formação da Professora na articulação 'prácticateórica<sup>o</sup>prática'**, desenvolvido neste programa. Em seguida, expõe os benefícios trazidos por este projeto, tanto para a população a que se destinava, quanto para os profissionais, os alunos e a instituição que o coordenavam. Conclui defendendo a idéia de que a Extensão atua como articuladora entre o conhecimento produzido na academia e o conhecimento produzido pela comunidade, ligando a Universidade ao seu Tempo Histórico. A → indissociabilidade entre Ensino-Pes<sup>u</sup>isa-Extensão é imprescindível para uma efetiva democratização do Ensino Superior, que poderia, desta forma, assumir seu função social: atuar na transformação de nossa sociedade excludente.

Palavras-chave: Extensão, Movimento Estudantil, Transformação

## ABSTRACT

This Work of Conclusion of Course is about a Project of Extension developed in the Queimados municipal district, with a group of teachers of Infantile Education of the Official Net of Teaching. For put it in the space and the time, the work will weave a brief one historical of the a Extension, conceived by the point of view of the Brazilian Student Movement, highlighting the three different phases for the which passed this organization in elapsing of the history of our country - of the Colonization to the New State; of the New State to the Military Blow; of the Military Blow to the Political Opening. It still describes, the context of the study that allowed the elaboration of this monograph, leaving of a wider vision - the Extension in UNIRIO - for an especific research - the School-Citizen Program and the Project **The daily work in groups of Infantile Education - Formation of the Teacher in the articulation 'praticeteorypraticice'**, developed in this program. Soon after, it exposes the benefits brought by this project, so much for the population the one that was destined, as for the professionals, the students and the institution that coordinated it. It concludes defending the idea that the Extension acts as element that unites among the knowledge produced in the academy and the knowledge produced by the community, linking the University at its Historical Time. Not to disconnet Teaching-Research-Extension is indispensable for an effective democratization of the Universitary Education, that coulded not, this way, to assume its social function: to act in the transformation of our society unequal.

Keywords: Extension, Student Movement, Transformation

## SUMÁRIO

1. INICIANDO A CONVERSA...	08
2. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: TRANSFORMAÇÃO NO DECORRER DE SUA HISTÓRIA .....	13
2.1 MOVIMENTO ESTUDANTIL E EXTENSÃO .....	16
3. CONTEXTO DO ESTUDO .....	25
3.1 A EXTENSÃO NA UNIRIO .....	25
3.2 PROGRAMA ESCOLA-CIDADÃ.....	29
3.3 O PROJETO <i>O TRABALHO COTIDIANO EM TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL</i> – <i>FORMAÇÃO DA PROFESSORA NA ARTICULAÇÃO</i> <i>“PRÁTICATEÓRICOPRÁTICA”</i> E SUAS CONSEQÜÊNCIAS .....	30
4. MEU OLHAR.....	37
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	46

## 1. INICIANDO A CONVERSA...

Em fevereiro de 2003, um grupo participante do “Programa de Extensão Escola- Cidadã: um processo em construção”, da UNIRIO, formado por uma equipe multidisciplinar, vai até o município de Queimados para realizar um estudo preliminar, tendo em vista a implantação de uma Escola Pública de Educação Infantil em Tempo Integral. Associo-me ao projeto em outubro deste mesmo ano, mês em que se iniciam as discussões acerca da demanda inicial do referido município: apoio para a instalação de uma creche de horário integral.

Os encontros foram sendo ampliados, envolvendo outras professoras de Educação Infantil do município e, também, diretoras e orientadoras pedagógicas. As questões surgidas foram conduzindo o eixo do projeto para uma reflexão sobre a prática cotidiana dessas profissionais. À medida que íamos contribuindo com alguns textos para, por meio de reflexões e discussões sobre o cotidiano de sala de aula, encontrar conjuntamente respostas para os anseios das professoras, muitas outras questões surgiam e nos levavam a buscar outros textos, para termos, ao invés de mais respostas, mais perguntas.

Este ciclo de perguntas, que gerava respostas temporárias e muitas outras perguntas, foi de suma importância pessoal e acadêmica para mim, uma vez que me desconstruiu a idéia de que a lógica e o planejamento rígido garantem o sucesso de um encontro. Cada encontro nosso era um acontecimento, e trabalhar com a perspectiva do inesperado era respeitar o conhecimento que estava sendo construído pelas professoras.

Outro ponto que vale a pena destacar é a segurança que estas professoras passaram a ter nos seus trabalhos depois que os encontros do grupo começaram.

No início do projeto, percebia que a grande expectativa das professoras era obter uma receita pronta de como melhorar a sua atuação em sala de aula. O primeiro encontro deixa isto bem claro. Quando perguntadas sobre as expectativas que tinham acerca do projeto, que questões gostariam de ver contempladas, a maioria das professoras apontou questões muito ligadas à prática, não a entendendo como algo indissociável da teoria, como algo que não pertence apenas ao espaço de sala de aula, mas, também, como uma postura política fora dela.

Foi surgindo um ambiente de confiança entre nós, que participávamos do grupo. Nos emocionamos várias vezes com os relatos das professoras. Era um espaço para falarmos de nossos erros e acertos, de vitórias, de mudanças.

Todas estas experiências terminaram por abalar, seriamente, as minhas convicções acadêmicas. Como me furtar a relatar a experiência única de ver nascer uma política municipal para a Educação Infantil em Queimados? Como me negar a refletir sobre a importância destes encontros?

E por esta angústia desencadeada em mim ao perceber o amplo horizonte de possibilidades que um projeto de Extensão, conduzido de forma séria, pode gerar é que me arrisco neste trabalho monográfico a mostrar esta que, apesar de todos os preconceitos, se constitui como a esfera da Universidade mais propensa a gerar a democratização dos saberes acadêmicos: a Extensão Universitária.

Este Trabalho de Conclusão de Curso busca, por meio da reflexão sobre as experiências vividas no projeto anteriormente citado, analisar a importância que um Projeto de Extensão, conduzido de forma indissociada do Ensino e da Pesquisa, pode gerar tanto para a instituição – a UNIRIO, neste caso – quanto para o grupo a quem se dirige – Professoras do Município de Queimados.

Se toda pesquisa surge de uma inquietação com o já sabido, de uma pergunta cuja resposta ainda não se apresenta, de um problema sem solução a priori, o questionamento que me mobilizou foi: “Quais as conseqüências do Projeto: O trabalho cotidiano em turmas de Educação Infantil – Formação da Professora na → articulação ‘prácticateórica<sup>ov</sup>prática’, para a Rede de professoras do Município de Queimados e para o Curso de Pedagogia da UNIRIO?”

→ É objetivo deste trabalho contribuir para ~~as~~ discussões sobre o tema Extensão Universitária: sua função e papel social. Para tanto, é necessário analisar os diversos papéis tomados por ela no decorrer da história do país.

Partindo deste momento inicial, o trabalho se deterá na reflexão acerca da importância da Extensão Universitária no âmbito da formação de um educador, tanto do acadêmico, como eu, que acredito ter um olhar diferente sobre esta realidade educacional, graças às experiências vividas, quanto da professora participante dos encontros, que podia estar revisitando sua prática com uma nova referência.

Posteriormente, apresento uma análise sobre os benefícios para a comunidade atendida por este projeto de Extensão e para a Instituição que coordena → este projeto, compreendendo que este é um movimento onde as duas partes têm sua relevância, afetando e sendo afetadas pela beleza deste processo de formação continuada.

Este movimento coletivo que ocorreu no município de Queimados não se deu por conta de uma postura iluminista da UNIRIO, e sim pelo fato de professoras da rede municipal de ensino estarem tendo uma oportunidade de se reunir para trocar experiências com outras colegas, apoiarem-se teoricamente para lutar por seus espaços, traçarem metas comuns para serem desenvolvidas no cotidiano escolar.

Enfim, o que proporcionamos foi a possibilidade de criar uma rede de atuação político-pedagógica.

Para orientar esta reflexão, busquei apoio em teóricos que discutem esta questão da Extensão Universitária, aprofundando-me, em um primeiro momento, em seu histórico e perspectivas para o Futuro da Universidade que acredito: comprometida com a transformação social e a democratização dos saberes. Autores como Ana Luiza Lima Souza, Maria das Graças Medeiros Tavares e Paulo Freire, além do Plano Nacional de Extensão Universitária, organizado pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, podem contribuir, neste sentido, para a reflexão que me proponho a fazer.

Outro importante aspecto que pretendo contemplar neste Trabalho de Conclusão de Curso é a questão da Formação do Docente no Exercício de sua Função, tendo a sua práxis como principal objeto de pesquisa. Alguns conceitos são essenciais para esta discussão. Destaco as reflexões de Regina Leite Garcia sobre a professora/pesquisadora de sua própria prática, a teoria de Carlos Eduardo Ferrazo sobre as Redes Formadoras do Cotidiano Escolar e, mais uma vez, Paulo Freire e sua esclarecedora visão da Educação como um ato político.

→ As referências teóricas apontadas podem contribuir muitíssimo para uma resposta, ainda que temporária, à questão que desencadeou esta Monografia

Para melhor compreender o assunto a ser analisado, além da imprescindível pesquisa bibliográfica, remeto-me aos relatórios dos encontros realizados entre outubro de 2003 e novembro de 2004, buscando relacioná-los com a teoria pesquisada e desenvolvida. Busco, por meio das narrativas dos envolvidos no projeto, oferecer ao leitor deste Trabalho Monográfico o dinamismo, a beleza e a vivacidade que pude testemunhar naquelas tardes quentes em Queimados.

Desta forma, aplico neste trabalho a base sobre a qual sustentamos e direcionamos o projeto de Extensão que desenvolvemos: a articulação prática <sup>teórica</sup> prática, não havendo melhor ilustração para caracterizar a pesquisa realizada.

## 2. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: TRANSFORMAÇÃO NO DECORRER DE SUA HISTÓRIA

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia cada vez mais junto à sociedade como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes. (Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001, p.42)

Extensão Universitária como superação das desigualdades sociais: este papel desempenhado por ela é ainda muito recente e discutir a Extensão sem localizá-la historicamente é compreendê-la, equivocadamente, como função que sempre teve estas características de comprometimento e transformação. Não descrever, ainda que brevemente, o seu percurso na história brasileira seria leviano e injusto com as lutas e debates que a sociedade civil organizada – em especial, os Movimentos Estudantis – travou em prol desta causa.

É importante, antes de iniciar este resgate da história da Extensão Universitária, deixar claro de que lugar estou falando. Por mais que pare no ar um discurso dominante que apregoe a existência de uma história única, vista sob a ótica daqueles que detém e sempre detiveram o poder, a história humana é construída de discursos que se enfrentam em crenças e valores. Prevalecerá o discurso daquele grupo que tiver mais poder.

O senso comum acredita que as ações extensionistas no Brasil tenham surgido das instâncias maiores da Universidade. Uno-me a Souza (2001, p.23) na negação desta concepção para dizer que:

(...) todo o movimento da Universidade, afirmador do seu papel social, tem estado ligado ao corpo discente, tendo-o em na maioria

das vezes como elemento gerador. Não existe nenhum exagero ao afirmar que a Extensão Universitária no Brasil deve sua origem ao Movimento Estudantil.

É deste lugar que vou traçar uma trajetória dos papéis assumidos pela Extensão Universitária no Brasil, através da história: uma concepção de Extensão sob a ótica do Movimento Estudantil Brasileiro.

Desde os tempos do Brasil-Colônia, podia-se perceber a atuação de alguns universitários em movimentos sócio-políticos, fosse este em prol da abolição da escravatura, de campanhas de doação de sangue no período da II Guerra Mundial ou em atividades literárias e artísticas. A inclinação por uma ação mais ligada com as questões concretas do seu tempo histórico, extrapolando os limites de formação acadêmica convencional, parece sempre ter feito parte da subjetividade do jovem intelectual brasileiro. A atuação dos estudantes no cenário político de nosso país sempre possibilita às instituições estarem analisando seus papéis e funções no decorrer de sua história.

A Universidade Brasileira surge tardiamente: na segunda metade do século XX, e desde este tempo atende, em sua maioria, a um mesmo público: as classes privilegiadas. A Universidade precisava rever seu posicionamento diante das questões sociais de sua comunidade e era este movimento que os estudantes (nem sempre atuando de forma organizada) buscavam. Esta é a reflexão que o Movimento Estudantil sempre incitou dentro do Ensino Superior. A Universidade pública brasileira não se voltava para as classes menos favorecidas de nosso país, e rever esta postura era necessário.

Como alternativa a esta exclusão de grande parcela da população brasileira das Instituições de Ensino Superior, era muito comum o oferecimento de cursos de

*primeira? A USP, cujo  
Universidade do  
Rio de Janeiro,  
surge na  
década de 30.  
(o ensino é de  
7/09/1920)*

alfabetização, artes, incentivo ao uso de novas técnicas agrícolas, o que caracterizava uma tentativa de democratizar o acesso aos conhecimentos produzidos no interior de uma Universidade que, embora fosse pública, fechava as portas para a maioria das pessoas. É importante deixar claro que esta era a visão que as Instituições tinham de Extensão Universitária, e que não era partilhada pelos Movimentos Estudantis.

Ainda que não houvesse a nomenclatura que conhecemos para esta atuação que olhava além dos limites da Universidade, podia-se perceber nos estudantes uma necessidade de estar se envolvendo com as reais questões da comunidade, levando os conhecimentos produzidos pela academia para a população, no intuito de instrumentalizá-la para uma mudança em sua realidade. As ações desempenhadas pelas Instituições de Ensino Superior (IES) apresentavam um caráter iluminista, colocando a Universidade como detentora de toda a luminosidade do conhecimento, levando, através de uma atitude assistencialista, o saber que julgasse importante para a comunidade que a circundasse.

Por mais que houvesse um esforço por parte de estudantes, essas atitudes ainda colocavam uma grande distância entre a Universidade e a população: a forte influência dos pensamentos positivistas e iluministas conferiam à Universidade o poder de decidir o que era importante para a população que a circundava. Ela, que nada sabia, devia seguir as orientações da academia.

É contra esta concepção de Extensão Universitária que o Movimento Estudantil sempre se opôs.

## 2.1 MOVIMENTO ESTUDANTIL E EXTENSÃO

Observando a história do país, pode-se perceber, desde os tempos coloniais, a atuação de universitários nas questões sócio-políticas da época. A maneira com que estes estudantes entendiam seu papel social, os fazia agir diretamente no enfrentamento dos principais problemas sociais tendo, contudo, esta atuação diferentes intensidades no decorrer da história. As diferentes formas assumidas pelas atuações políticas dos estudantes brasileiros – menos ou mais organizadas – possibilitam, segundo Souza(2001, p.24), apontar três momentos distintos desta participação no cenário político nacional:

Inicialmente não há um Movimento Estudantil organizado, mas pode-se perceber a presença dos estudantes em momentos históricos como a Inconfidência Mineira, a Campanha Abolicionista, a Campanha Nacionalista etc. Foi esta a forma de participação que caracterizou a presença do Movimento Estudantil desde o Brasil Colônia até o Estado Novo (...).

Em seguida, o Movimento Estudantil pode ser buscado do Estado Novo até o Golpe Militar de 64 da forma mais eloqüente que já ocupou a História (...).

O terceiro período vai do Golpe de 1964 (...), quando a UNE entra para a clandestinidade e o Governo assume, dentre outras, as diretrizes sobre as ações estudantis.

Apesar da notória preocupação dos estudantes com as questões sociais do país no primeiro período apontado pela autora, a postura do Movimento Estudantil assumida neste segundo momento histórico pode trazer contribuições importantes para orientar as reflexões que estou me propondo a fazer. A eloqüência citada no período do Estado Novo até o Golpe de 1964 pode ser percebida em fatos importantes da história do Movimento Estudantil Brasileiro, dentre os quais podemos destacar a efetiva ação da União Nacional dos Estudantes (UNE), que,

apesar de ter sido fundada em 1937, vai encontrar neste período sua maior possibilidade mobilizadora e transformadora.

Uma das primeiras preocupações da UNE referia-se à Reforma Universitária. No segundo Congresso Nacional de Estudantes, em 1938, foi elaborado o plano de sugestões para uma Reforma Educacional, onde foram apresentadas as funções que a Universidade deveria ter: desenvolvimento dos métodos de estudo e pesquisa e do saber, difusão cultural e assistência integral aos estudantes. O mérito deste plano é apresentar a Extensão como uma função acadêmica.

Apesar de algumas sugestões deste plano terem sido contempladas na Lei 5.540/69, muito do caráter transformador que a Extensão possuía no documento de 38 se perdeu.

A lei não faz referência à proposta de Universidades populares que havia no plano, e a Extensão aparece mais como uma prestação de serviços, esvaziada de qualquer significado político. O Movimento Estudantil concebia a Extensão, naquele momento, como um instrumento de utilização das potencialidades da universidade de modo tal que aproximasse instituição de ensino e Sociedade, e a operacionalização dessas propostas dar-se ia através das Universidades Populares. (SOUZA, 2001, p.30)

Este caráter voltado para uma efetiva democratização da Universidade Brasileira é resultado das influências das ideologias de esquerda, principalmente as do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que, como era comum nos Movimentos Estudantis Latino- Americanos, pregavam a união dos estudantes com a classe trabalhadora, para uma efetiva transformação. Daí a defesa da Universidade Popular. Todavia, a presença do pensamento de direita na UNE cresceu e de 1951 a 1956 , levando a UNE a passar pelos piores anos de sua história, onde, por muitas vezes, se misturavam seus interesses e objetivos com os do Estado. Contudo, a

partir de 1956, o Movimento Estudantil se recupera politicamente e a UNE entra em uma fase mais politizada e de maior atuação na vida nacional.

Este período compreendido entre 1951 e 1964 é de suma importância, pois é nele que poderemos perceber um compromisso real entre os estudantes e a sociedade que os cerca. Ele deixa bem marcado o posicionamento dos estudantes diante das situações que se impuseram, deixando claro que a Universidade deveria estar ligada às questões sociais da comunidade em que estivesse inserida para reflexão e atuação transformadora.

Podemos dizer que a partir de 1951 o Brasil viveu grandes acontecimentos políticos(...). Em todos estes momentos a UNE manifestou-se claramente, deixando transparente sua posição. Dessa forma, a prática estudantil, que pode ser vista sob o ângulo de uma praxe extensionista, assume uma fase política contraditória. Por isso trata-se de um período útil para ir a essência de como o corpo discente concebia o compromisso da Universidade com a sociedade. O envolvimento socio-político da UNE em todas as questões de interesse nacional e, posteriormente, mais especificamente nas relacionadas à educação, mostra como os estudantes entendiam o seu papel junto à sociedade. (SOUZA, 2001, p.36)

O Movimento Estudantil busca de forma mais enfática neste período conduzir a Universidade à assunção de seu papel enquanto promotora do desenvolvimento da comunidade que a cerca, saindo do patamar de única detentora e produtora de conhecimento, atuando, pois, de forma mais democrática e, diria até, menos vaidosa.

O compromisso da UNE com estes princípios pode ser percebido em três importantes eventos do Início da década de 60 do século XX:

- o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, que aconteceu na Bahia, em 1961;

- o II Seminário Nacional da Reforma Universitária, que aconteceu no Paraná, em 1962;
- o III Seminário Nacional da Reforma Universitária, que aconteceu em Minas Gerais, em 1963.

Destes eventos, o I Seminário Nacional da Reforma Universitária, teve o maior grau de importância para o Movimento Estudantil. A Declaração da Bahia, produto final do evento acima citado, representa *“um dos documentos mais completos e de maior significação já produzido pelos estudantes em relação à política estudantil”* (SOUZA, 2001,p.37).

Este documento se divide em três partes, sendo elas:

- a realidade brasileira;
- a Universidade do Brasil e a reforma Universitária;
- conclusões deste congresso sobre o projeto de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

O documento apresenta a Universidade Brasileira como uma Instituição que fracassou em suas missões culturais, profissionais e, principalmente, sociais, sugerindo que esta tente suplantar este vazio que ela criou, no que concerne às transformações sócio-econômicas. Esta superação se daria a através de uma integração real entre sociedade e Universidade.

O documento apresenta uma análise crítica da realidade brasileira e apresenta a possibilidade de inserção da academia neste contexto, a fim de alcançar um compromisso maior com o povo e com a classe trabalhadora, seguindo, desta forma, a ideologia que norteava as ações estudantis na América Latina:

- Abrir a universidade para o povo, através da criação nas Faculdades de cursos acessíveis a todos; utilizar os Diretórios acadêmicos como

organizadores... de cursos de alfabetização de adultos... de cursos de mestre-de-obras nas Escolas de Engenharia, cursos para líderes sindicais nas Faculdades de Direito. Promovê-los não só nos prédios das Escolas, como em favelas, circunvizinhança de fábricas e bairros operários. Na América Latina, essas iniciativas recebem a denominação de Universidades Populares.

- Colocar a Universidade a serviço dos órgãos governamentais, sobretudo no interior dos Estados. Promover, por exemplo, o levantamento topográfico de uma cidade do interior, traçar-lhe uma rede de esgotos, realizar pesquisas demográficas, etc. (...)
- Colocar as Universidades a serviço das classes desvalidas, com a criação de escritórios de assistência judiciária, médica, odontológica, técnica (habitações, saneamento de vilas ou favelas) etc. Que isso não seja realizado paternalisticamente, a título de esmola, concorrendo para atenuar os males sociais e indiretamente solidificando a estrutura iníqua que vivemos. É necessário sobretudo despertar a consciência popular para seus direitos...
- Fazer da Universidade uma trincheira de defesa das reivindicações populares através da atuação política da classe universitária na defesa de reivindicações operárias, participando de questões junto aos poderes públicos e possibilitando aos poderes públicos cobertura aos movimentos de massa. (UNE, 1961 *apud* SOUZA, 2001, p.38).

Os II e III Seminários Nacionais da Reforma Universitária avançaram nestas discussões, mas a Declaração da Bahia marca de forma clara a que veio ao Movimento Estudantil: pôr à serviço do povo a Universidade, fazendo com que ela cumprisse sua função social. Desenha-se com linhas bem traçadas uma Universidade com a Extensão comprometida com a transformação, garantindo ao Movimento Estudantil voz ativa nas decisões acerca da Reforma Universitária.

Estas discussões, porém, são interrompidas com O Golpe Militar de 1964. O Movimento Estudantil é banido para a clandestinidade. Todavia a energia acumulada nestas décadas de reflexão crítica não poderia se dissipar, duros e cruéis que fossem os anos que se seguissem. A idéia de democratizar o espaço das Universidades ainda pairava sobre as cabeças dos estudantes. O Projeto Rondon surge no ano de 1968, durante o Governo Militar.

O Projeto Rondon se configurava como uma tentativa de um estado não-democrático de obter a Integração Nacional, com um fim desenvolvimentista. Este projeto via a educação, na concepção de Souza (2001,p.64):

(...) condição para o desenvolvimento, na medida em que ela deveria moldar e transformar os recursos humanos, fazendo-os mais produtivos. Como um condicionante, a educação deveria ser também um instrumento de mudança, assegurando o desenvolvimento de um sistema social mais justo.

O Projeto Rondon configurava um jogo político do Ministério do Interior para cooptar os estudantes através do discurso de nacionalidade e interiorização do país para a promoção de desenvolvimento e democracia. Usa a Extensão Universitária no sentido de canalizar a energia dos estudantes para beneficiar os interesses da Ditadura. Embora tenha colocado muitos estudantes em contato com a população, este projeto não rompe com a postura iluminista de outrora, fazendo com que a Extensão Universitária fosse vista como mera prestadora de serviços. As idéias de transformação passam a ser vistas como subversivas e a impetuosidade do Movimento Estudantil adormece nos anos de aço.

É apenas na abertura política da década de 80 que uma série de questões, caladas pela ditadura, podem voltar à tona. Uma série de fóruns de debates e discussões começa a ser organizados pela sociedade civil. As discussões iniciadas pelo Movimento Estudantil na década de 60 retornam ao cenário social. É obedecendo a esta lógica que se organiza que, em 1987, o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão, em Brasília, dando início ao processo que culminará em 1999 – se esta palavra for possível quando falamos de um processo histórico – com o Plano Nacional de Extensão Universitária. Vale, neste momento, apresentar os temas destes encontros:

- **Estratégia de Articulação com o Ensino e a Pesquisa.**
- **Relação Universidade/ Sociedade: a questão da prestação de serviços.**
- **Extensão Universitária – As Perspectivas nos anos 90.**
- **A Institucionalização da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária e sua Gestão Democrática.**
- **Universidade e Cultura.**
- **A Avaliação da Extensão no Contexto da Autonomia Universitária.**
- **A Extensão Universitária: A construção da Cidadania e a Afirmação da Soberania Nacional.**
- **A Articulação da Extensão Universitária com os Projetos Estratégicos de Desenvolvimento Regionais e Nacionais.**
- **Por Uma Política Nacional de Extensão.**
- **Autonomia e Extensão Universitária.**
- **Programa Nacional Temático *Universidade Cidadã*.**
- **Plano Nacional de Extensão.**
- **Indissociabilidade entre Ensino-Pesquisa-Extensão e a Flexibilização Curricular: uma visão da Extensão.**
- **Extensão Universitária e as Tecnologias Sociais, entre outros.**

Esta trajetória torna evidentes dois objetivos dos Encontros Nacionais. Em primeiro lugar, instaurar a legitimidade desta Instituição, uma vez que a comunidade acadêmica há muito ansiava por uma Universidade comprometida com a sociedade e suas questões, através da produção do conhecimento científico, sendo desencadeado pela priorização das necessidades da maioria da população. Isto só

ocorreria com uma articulação entre "*a produção de conhecimento (pesquisa) com a formação de profissionais (ensino), através de um trabalho de extensão cujo objetivo visasse à transformação da sociedade*" (Tavares, 1997, p.129)

Em segundo lugar, construir uma Política de Extensão que representasse a *práxis* desta proposta, em nível nacional. Com esta finalidade, em 1999, é publicado o Plano Nacional de Extensão Universitária, iniciada sua redação em 1997, no XI Encontro Nacional. Este documento representa mais de 50 anos de luta da sociedade civil organizada que teve no Movimento Estudantil seu principal pólo de força e mobilização e aponta para o século XXI a esperança de uma Universidade mais democrática e inserida no contexto da sociedade. Uma instituição que não esteja apenas junto da comunidade e sim mesclada a ela.

A publicação do Plano Nacional representou um grande avanço na caminhada para a concretização dos sonhos extensionistas de uma Universidade efetivamente inserida no contexto da sociedade. Todavia, as reflexões que têm por objetivo difundir estes valores pelas Universidades de nosso país prosseguem até hoje.

Para um aprofundamento nas discussões sobre a construção deste conceito de Extensão, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras forma Grupos de Trabalhos (GTs) para a permanente discussão sobre os rumos que a Extensão trilha para uma real assunção de sua função acadêmica. Estas reflexões resultaram na publicação de três documentos que muito têm contribuído para que atuação da Universidade, via Extensão, esteja comprometida com os propósitos da transformação social.

Em 1999/2000, foi publicado o documento "**Sistemas de Dados e Informações: Base Operacional de acordo Com o Plano Nacional de Extensão**".

Este volume apresenta as diretrizes para a implementação de Sistemas de Informações nas Pró-Reitorias de Extensão, harmonizando terminologias e sistematizando informações, de modo a que, nacionalmente possa ser percebido, o conjunto de ações de Extensão das Universidades Públicas, documento que estabelece parâmetros para a avaliação da Extensão.

Em 2001 surge "**Avaliação Nacional da Extensão Universitária**", possibilitando reflexões sobre o tema nas Instituições. Esta publicação propicia às Universidades a possibilidade de, através de uma proposta de avaliação em nível de Brasil, obter uma unidade nacional em consonância com o Plano Nacional de Extensão.

Na busca de uma real integração entre Ensino Pesquisa e Extensão, o Fórum apresenta em 2003, Um documento que discute a Flexibilização Curricular, propiciando uma vivência acadêmica pautada sobre os princípios de transformação e criticidade. Isto oferece à Universidade uma visão de sociedade mais ampla, tornando profissionais e alunos, parafraseando Gramsci, intelectuais orgânicos, comprometidos e inseridos na luta por uma mudança deste *status quo* que reproduz a desigualdade e a exclusão.

### 3. CONTEXTO DO ESTUDO

#### 3.1 A EXTENSÃO NA UNIRIO

A estruturação da UNIRIO enquanto Universidade percorreu uma trajetória pouco comum se comparada às outras Universidades Públicas Brasileiras. Ela é originária da Federação das Escolas Isoladas do Estado da Guanabara, criada em 1969, pleno Regime Militar, resultante da reunião de estabelecimentos de ensino superior – Escola Central de Nutrição; Escola de Enfermagem Alfredo Pinto; Conservatório Nacional de Teatro; Instituto Villa-Lobos; Fundação Escola de Medicina e Cirurgia do Rio de Janeiro; Curso de Biblioteconomia Nacional. Com a fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara, em 1975 esta federação passou a se chamar Federação das Escolas Isoladas do Estado do Rio de Janeiro, onde em 1977 são incorporados o Curso Permanente de Arquivo do Arquivo Nacional e o Curso de Museus do Museu Histórico Nacional.

A UNIRIO surge apenas em 1979, tendo como primeiro reitor o professor Guilherme de Oliveira Figueiredo, presidente da FEFIERJ e irmão do então Presidente do Brasil, João Figueiredo. O professor Guilherme Figueiredo exerce a função de reitor por dois mandatos até o ano de 1988. Este período representa, como já foi anteriormente citado, uma fase de abertura política e retomada de questões proibidas durante os anos de ditadura e de reorganização das associações profissionais. Contudo, a forma como a UNIRIO se estruturou irá refletir diretamente em sua história, marcada por direções nomeadas pelo Governo, porém não legitimadas pela comunidade e pela fragmentação que impede uma articulação efetiva.

Era um momento importante na conjuntura política nacional. Mesmo ainda exercendo uma forte influência, o governo militar não parecia deter mais o poder anterior. A sociedade civil estava se reorganizando, iniciando um movimento de democratização, com forte influência na comunidade universitária.(...) Consolidavam-se, neste período, as Associações Docentes e de Servidores, nas Universidades. Assim a UNIRIO nasce em um momento histórico de redemocratização da sociedade brasileira, porém guardando a fragmentação de sua origem e a autoridade imposta de sua direção. (TUTTMAN, 2004, p.75)

As primeiras eleições diretas na UNIRIO ocorrem em 1986, onde cinco chapas concorrem para reitoria. Das cinco chapas inscritas, é eleita a que obteve o menor percentual de votos.

Em 1987, a criação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras, ainda não conta com a participação da UNIRIO, pois ainda não existe de forma institucional uma Pró-Reitoria de Extensão. Um dos compromissos de campanha da chapa eleita pela comunidade, e não nomeada pelo Governo, era a criação de tal instância. O nome que ocuparia esta Pró-Reitoria era o de Cibely Reynoud, à época Presidente da Associação de Docentes da UNIRIO.

Apesar da criação da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PREASC) ter sido criada em 1988, este fato se deu em uma gestão que, pelo fato de não ter sido a administração escolhida pela comunidade, não representava os seus interesses. Não havia por parte dos alunos e professores um reconhecimento desta Instância como órgão de incentivo às ações extensionistas, uma vez que estas muitas vezes ocorriam de forma espontânea e independente do conhecimento desta Pró-Reitoria, onde atitudes de solidariedade para com as camadas mais desfavorecidas de nossa sociedade eram executadas por alunos e professores comprometidos, sem haver, muitas vezes, o conhecimento da gestão da Universidade. Não poderia ser de forma diferente, uma vez que os anseios da

Universidade não estavam sendo representados por uma direção que ela não escolheu. Não havia intimidade com seus ideais e compromissos.

Essas atitudes de desrespeito atingem seu ápice no ano de 1993, quando a PREASC é desativada, tornando o Departamento de Assuntos Comunitários uma coordenadoria, sob responsabilidade da Vice-Reitoria e o Departamento de Extensão vincula-se à Pró Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Parecia que seria o fim de todo um trabalho, em prol de uma Universidade verdadeiramente inserida no contexto de sua comunidade.

Mas, contraditoriamente, no ano de 1993, *“o MEC cria o primeiro programa de fomento para projetos de extensão, demonstrando, após longo período, um envolvimento com as IES, respeitando o processo de construção da extensão nas Universidades”* (TUTTMAN, 2004, p.87).

Este ano marca o início de uma reviravolta no papel desempenhado pela Extensão no interior de nossa Universidade. Apesar de ter perdido o status de Pró-Reitoria e se tornado um Departamento vinculado à Pró-Reitoria de Graduação, perdendo por isso parte de sua autonomia, inicia-se um movimento de construção de um Projeto Político Pedagógico, visando integrar as ações extensionistas com as reais questões da comunidade.

As propostas apresentadas pelo Fórum de Pró-Reitores, que por sua vez são uma retomada das questões propostas pelo Movimento Estudantil na década de 60, não são desenvolvidas no interior da UNIRIO, até então. A vinculação da Pró-Reitoria de Extensão com a de Graduação é um exemplo da política que norteava a administração de nossa Universidade à época.

A extensão da UNIRIO confrontou-se, desde o seu início, com uma administração universitária que primava por um processo centralizador de decisões, tanto em sua estrutura organizacional como na sua funcionalidade. As decisões e o fluxo de comunicações – variáveis que auxiliam a caracterizar um determinado modelo de

organização – se apresentavam com um alto grau de racionalidade. É possível, também, perceber que a extensão universitária, de acordo com o seu lugar na estrutura hierárquica adotada pela UNIRIO, até o ano de 1998, era considerada uma função menos importante que as demais funções acadêmicas.(TUTTMAN, 2004, p.87)

Apesar do duro golpe sofrido, é no ano de 1993 que a Extensão começa a romper com a mera função cartorial para uma efetiva atitude social. A Extensão era uma esfera desconhecida da maioria da comunidade acadêmica. Esta era uma condição inaceitável para uma Universidade que almejasse contribuir com a mudança de *status quo* e fazer valer sua verdadeira função social. Para tanto, a equipe que assumiu o Departamento de Extensão à época, organiza um plano de ação fundamentado em cinco pressupostos, tendo por base o significado de Extensão defendido pelo Fórum de Pró-Reitores.

- Definição de mecanismos que incentivassem a participação efetiva de alunos, técnico-administrativos e professores no planejamento e execução coletiva das atividades de extensão;
  - Estabelecimento de linhas de ação para o desenvolvimento de projetos institucionais pela comunidade acadêmica, considerando as sérias questões nacionais e /ou regionais do país;
  - Avaliação e definição de projetos integrados, de acordo com as linhas de ação estabelecidas;
  - Fortalecimento da cooperação acadêmica entre ensino, pesquisa e extensão, contribuindo para a transformação do contexto nacional, a partir de projetos institucionais vinculados às reais necessidades sociais;
  - Intercâmbio de experiências e competências interna e externamente.
- (TUTTMAN, 2004, p.97)

Em 1994 a Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação (SESu / MEC) envia uma convocatória às Universidades Públicas, apontando, para 1995, o Programa de Fomento à Extensão Universitária, tendo como ponto de partida duas linhas de ação:

- Linha I – **“Articulação da Universidade com a sociedade”** cujo financiamento se daria através de recursos originados da SESu / MEC.
- Linha II – **“Integração da Universidade com o Ensino Fundamental e Educação Especial”** financiada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento em Educação / SESu, entrando em concordância com as políticas nacionais para a Educação Básica.

Baseada nestes pressupostos, a UNIRIO encaminha em março de 1995, dois programas que são aceitos pela SESu / MEC e recebem fomento:

- Para a Linha I é enviado o programa **Raízes e Rumos: Um Programa de Extensão em Movimento**.
- Para a Linha II é enviado o **Programa Escola Cidadã: Um Processo de Construção – UNIRIO / Município de Queimados**.

### **3.2 PROGRAMA ESCOLA-CIDADÃ**

O “Programa Escola-Cidadã: Um processo em Construção” consistia em um programa de Extensão Universitária com o objetivo de implantar uma rede interdisciplinar de cooperação técnica e científica, a partir de ações de Extensão, integradas ao ensino e à pesquisa, envolvendo diferentes áreas de conhecimento. A UNIRIO vem realizando, desde 1995, ações conjuntas com o município de

Queimados. A opção por desenvolver ações em parceria com o mesmo teve por critério apoiar municípios em seu processo inicial de emancipação.

O programa acima citado possuía profissionais com formação e experiência acumulada nas áreas de saúde, Alfabetização e Educação Infantil, escola de tempo e horário integral, sexualidade infanto-juvenil, trabalho precoce, avaliação e planejamento educacional, currículo, educação nutricional, linguagens artísticas e tecnológicas, recursos informacionais, contribuindo, assim, para formulação, implementação, acompanhamento e reformulação de políticas públicas definidas, como essenciais, pelo Município de Queimados.

O programa em sua totalidade buscava uma atitude que transcendesse os limites de uma atuação por área de conhecimento ou área profissional. A interdisciplinaridade e a integração eram os principais valores que orientavam as práticas nele desenvolvidas. Um dos principais pressupostos de ação eram as reais necessidades da comunidade.

Foram sob estes valores que norteamos os nossos trabalhos com o grupo de professoras em Queimados. Todavia, esta atuação é um reflexo de toda uma Extensão Universitária conduzida sob estas bases teóricas pautadas na democracia e transformação.

### **3.3 O PROJETO “O TRABALHO COTIDIANO EM TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL – FORMAÇÃO DA PROFESSORA NA ARTICULAÇÃO** **→ “PRÁTICA<sup>teórica</sup>PRÁTICA” E SUAS CONSEQÜÊNCIAS**

O projeto visava contribuir para a formação continuada das Professoras de Educação Infantil da Rede oficial de Ensino do Município de Queimados, buscando

instrumentalizá-las no que se refere à políticas educacionais de inclusão. Tinha como principal meta a construção de uma escola de Educação Infantil de qualidade, a partir da observação e reflexão acerca de sua prática cotidiana, além de gerar agentes multiplicadores dos saberes iniciais em confronto com suas experiências práticas, cotidianamente vivenciadas nos espaços de Educação Infantil, num processo de auto e permanente formação. Isto iria desencadear, como consequência, uma contribuição para um desenvolvimento integral das crianças das classes populares, por meio de uma prática que se pautasse na alegria e no prazer construindo um processo ensino-aprendizagem mais comprometido com a cidadania e a transformação;

A via pela qual esperávamos iniciar este movimento era despertar nas professoras o olhar do 'professor-pesquisador de sua própria prática', fazendo com que estas compreendessem o próprio cotidiano como fonte de conhecimento e pesquisa, área em que a teoria é testada, local em que ela ganha movimento, valorizando o cotidiano no exercício da cidadania.

O projeto "O trabalho cotidiano em turmas de Educação Infantil – Formação da professora na articulação prática-teórica-prática", não se restringia apenas a repensar a ação didática. Nossa ação cotidiana de Extensão possuía, também, uma preocupação com a pesquisa, valorizando o processo reflexivo e investigativo da professora.

Trabalhávamos com o cotidiano e, por consequência, este era o nosso objeto de estudos e de reflexões. Como estávamos buscando incentivar nesta professora uma prática de observação e reflexão de seu dia-a-dia na sala de aula, para, a partir dali, pensar em novas posturas em sua práxis, o movimento prática-teoria-prática era importantíssimo, pois faria desta professora uma pesquisadora de seu cotidiano, de

sua própria prática. Cabe ressaltar as idéias de Inês B. Oliveira (2001, p.50) a respeito da metodologia de pesquisa no/do cotidiano.

Essa metodologia de pesquisa pretende assumir a complexidade das práticas com suas trajetórias, ações, corpo e alma, redes de fazeres em permanente movimento.

Todo o trabalho desenvolvido se apoiou em um projeto de pesquisa que tinha o título de "A formação da professora – pesquisadora no exercício da docência". O elemento-base que usamos no desenvolvimento de nosso projeto foi o que chamamos de reflexão-ação, o que nos permite compreender o cotidiano como fonte inesgotável de possibilidades de reflexões. Para mim e para os demais participantes do projeto isto significava ampliar os horizontes, no que diz respeito à aprendizagem e à formação, para além dos limites da sala de aula.

Refletir sobre o fazer docente, tomando por base para essas reflexões, os procedimentos e intervenções destas professoras, nos permitia buscar a raiz de certas concepções teóricas norteadoras de fazeres didáticos. Concepções estas que iam desde a pergunta simples de "Pra que serve a escola?", até as mais específicas como "Como posso tornar minha prática um ato promotor da cidadania?", permitindo relacionar conhecimento escolar e vida sócio-cultural.

Os encontros eram realizados mensalmente em uma das escolas municipais de Queimados ou na própria Universidade – UNIRIO – com professoras da rede, orientadoras pedagógicas e diretoras de escolas que atendiam à Educação Infantil, os dois alunos/bolsistas, Cláudia Zuquim, minha querida amiga e eu, e uma aluna voluntária, Eunice Alves, outra grande companheira, sob a coordenação da professora Carmen Sanches Sampaio.

As discussões eram desencadeadas a partir dos questionamentos e confrontos de pontos de vista das integrantes do grupo e os planejamentos realizados tinham por base atender as dúvidas e questionamentos surgidos durante as discussões, e não esclarecidos na prática pedagógica destas professoras.

Vale citar os principais eixos de discussão abordados durante estes encontros:

- *Possibilidades teórico-metodológicas que favoreçam o processo de construção de conhecimento de “alunos” e “alunas” das classes populares, na Educação Infantil.*
- *A relevância da implementação de políticas públicas para a Educação Infantil, visando não apenas atender a demanda, como também cumprir a determinação da Constituição Federal de 1988 (“artigo 208, inciso IV”), do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (“artigo 54, inciso IV”) e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. (Lei 9.394, promulgada em dezembro de 1996).*
- *Organização do tempo-espaço cotidiano nas salas de Educação Infantil.*
- *Concepções de Criança e de Educação Infantil.*
- *Análise de diferentes concepções de planejamento didático.*
- *A importância da formação de leitores-escritores críticos a partir da Creche/Pré-Escola.*

Para alcançar os objetivos propostos e criar um clima agradável entre os participantes, existiam procedimentos específicos desenvolvidos a cada encontro, como sensibilização através de músicas da MPB, contação de histórias, exibição de fitas de vídeo, aulas-passeio, dinâmicas de grupo, visitas a espaços de

Educação Infantil com propostas bem sucedidas, leitura de registros das educadoras sobre as atividades realizadas, elaboração de materiais didáticos que auxiliem o trabalho em “sala de aula”, aulas expositivo-dialógicas...

Ao fim dos encontros uma pessoa do grupo ficava responsável por registrar em um caderno meia-pauta – o “*Cadernão*” – as principais impressões e trazê-las para o encontro seguinte, com a finalidade de, a curto prazo, estabelecer uma ponte entre o que foi discutido e o que vai ser apresentado e, a médio prazo, definir a identidade do grupo e construir conjuntamente pressupostos norteadores para a prática pedagógica implementada no cotidiano das escolas de Educação Infantil no Município de Queimados (Este registro era para ser individual, mas devido a dificuldades burocráticas no desenvolvimento do projeto não pudemos estar garantindo a cada uma das professoras o seu material de registro).

Uma das participantes do grupo nos indica que a intenção que buscamos foi alcançada quando sugere que, para mudarmos nossa prática, devemos, antes de mais nada, pensar em questões fundantes:

O primeiro passo para uma mudança é compreender a concepção de educação e de criança, uma vez que vários outros problemas na área educacional são provenientes de uma concepção equivocada. (Jussara, coordenadora da Educação Infantil e dos Ciclos na Secretaria Municipal de Educação de Queimados)

Pensar sobre que concepção temos de infância e de educação era condição *sine qua non* para entendermos que prática educativa estamos realizando. Mas não era nossa intenção chegar com uma verdade egoísta e impor-lhes a nossa opinião. Tratava-se de um movimento coletivo de busca por resposta. Não oferecíamos gabaritos, pois acreditávamos em questionamentos interessantes e na

construção de soluções ora coletivas, ora individuais. Cada uma responderia, de acordo com a sua experiência e realidade, às questões formuladas.

Pudemos perceber que do início do projeto até o seu encerramento, a postura das professoras, quer seja dentro de sala com suas crianças, quer seja na sua atitude diante dos colegas, mudou bastante. A fala desta professora nos mostra isto:

Deixa eu confessar uma coisa aqui: antes de entrar para o município, eu trabalhei 5 anos com pré-escola. Todo mundo fugia e jogavam para mim. Então quando eu entrei no município pensei: Graças a Deus me livre disso, porque eu achava que emburrecia. A sensação há 10 anos quando eu estava com o pré era a de que eu era burra, pois o pessoal que estava com a 4ª é que estudava e o preconceito comigo era imenso...a professorinha mesmo. Eu já tinha tomado ojeriza. Engraçado, porque se passou uma década e eu trabalho sendo valorizada e me sinto orgulhosa de estar participando disto, de estar professora de Educação Infantil. (Jórgea, professora de Educação Infantil)

Mais do que os números estatísticos podem evidenciar, os resultados que obtivemos representam um grande salto qualitativo, quer sejam observados as práticas de Educação Infantil desenvolvidas.

No ano passado, eu fiz uma apresentação com eles que, para mim eles não pegaram tanto quanto os de agora. Nós fizemos os mitos: eu vesti a sereia, lobisomem, saci, curupira...só que eu achei que esse ano ia ficar muito parado, que nem no passado. Esse ano eu virei para eles e falei: nós vamos brincar. E aí comecei a cantar um monte de cantigas folclóricas. E eles foram participando. Eu fiquei lá de 1h a quase 3h. Quando eu voltei para sala falei: agora vocês vão desenhar o que mais gostaram. Sempre dizendo: seus pais, seus avós e até parentes que vocês não conhecem, lá de mil novecentos e antigamente brincaram disso. Ano passado eu não consegui fechar. Na 4ª série você joga para o outro pegar... no pré você joga e você mesma pega e esse ano eu peguei. (Sayonara, Professora de Educação Infantil)

Ou a articulação coletiva para uma causa comum.

Me senti à vontade para falar...Eu saí daqui na última reunião pensando: 'eu tenho que dar um jeito do pré permanecer nessa escola', porque quando nós montamos no ano passado foi uma coisa provisória, porque nós não tínhamos alunos o suficiente. E a

diretora falava: 'Vai ser só por um ano'. Então 'tá, só por um ano. Aí saí daqui desesperada pensando: 'Gente, como é que vai ser a vida dessa escola sem o pré?'. Porque são poucas as escolas. Aí me sentei com a diretora para falar – tem que reclamar com a diretora. Sorte que ela tem um trabalho de parceria. Aí fizeram uma reunião porque não depende só da gente. Pois eles preferem que se abra vaga para a primeira série...Confirmaram o pré-escolar para o ano que vem e pela pré-matricula nós já temos mais de uma turma para o pré-escolar, chegou a ter de fazer sorteio...Nós temos mais alunos de pré-escolar do que primeira etapa. (Eliane, professora de Educação Infantil).

Os avanços, quer sejam os grandes, quer sejam os pequenos, devem ser considerados e comemorados, pois representam o movimento de um grupo que rumou de uma postura receptiva para uma condição de professor pesquisador e transformador de sua própria prática, buscando seguir uma premissa de Paulo Freire (1993, p.114) que dizia:

Quem ajuíza o que faço é minha prática. Mas minha prática iluminada teoricamente.

Embora tenha sido da vontade da maioria do grupo continuar com as discussões neste ano de 2005, as condições burocráticas não favoreceram e tivemos que encerrar os encontros em novembro de 2004. A maioria das professoras mudou de segmento e as discussões perderiam o sentido se tivessem que ser reiniciadas. Saio do projeto com certeza de que a possibilidade de estarmos naquele grupo nos propiciou a chance de olharmos nossas práticas de outras formas. Digo "nossas", pois tenho certeza de que muito do vivido e trocado ali teve relevância e significado não só para aquele grupo de professoras mas também para mim.



#### 4. MEU OLHAR

Escrever a história é mais do que realizar uma exposição de achados. É o efeito de uma transformação pela qual passamos como sujeitos que nos assumimos e assumimos os riscos presentidos na escrita. É dialogar, não exatamente com os outros, mas com nosso próprio pensamento. (Nunes, 1990 *apud* SOUZA, 2001, p.11)

Neste momento cabe explicitar um pouco os motivos que me motivaram a discorrer sobre esta temática no Trabalho de Conclusão de Curso. Remeto-me ao motivo pelo qual fui escolhido pela pedagogia – sim, pois, antes que eu percebesse, as dúvidas se transformaram e me fizeram mais um membro que luta pela causa da educação, pela possibilidade de mudar um pouco esta realidade desigual que nós rodeia, tendo na educação o principal espaço de esperança para esta mudança...

Isto posto, de que maneira poderia ser feito? Estudando e refletindo sobre as teorias que nos eram apresentadas para uma aplicação na concretude dos fatos, quando viéssemos a nos formar.

Se meu campo de atuação profissional e político é a escola, é o interior de uma sala de aula, logo me veio a pergunta: o que eu sei sobre esta sala de aula real e viva da qual um dia farei parte?

A resposta custou a aparecer e quando veio me trouxe uma triste constatação: eu nada sabia sobre uma classe, suas dinâmicas e conflitos.

Mas como poderia uma coisa dessas estar acontecendo? Afinal, eu estava sendo formado por uma instituição de ensino superior séria e comprometida com a transformação social.

Começava a se desvelar para mim um fato que a exaltação da Universidade declamada em alto e bom tom não me deixava ver. A Universidade estava fechada

em si mesma, produzindo teoria e formando profissionais para uma realidade que ela desconhecia.

Eis que por volta do segundo ano de faculdade sou apresentado ao projeto de Extensão em que atuei durante um ano. No início, não tinha muito clara a idéia do que era esta tal “Extensão”, mas sabia que ali era um espaço onde se poderia pensar a mudança de uma realidade pequena, aparentemente, mas que poderia gerar profundas mudanças. À medida que fui vivendo este projeto, as coisas começaram a fazer sentido. Fui percebendo durante aqueles encontros a real função da Universidade Pública Brasileira. Aquelas tardes quentes em Queimados muito contribuíram para que, finalmente, a máxima de que era a Universidade uma Instituição pública e democrática deixassem de soar como engodo e demagogia, e fizessem de mim um defensor da causa de uma Extensão comprometida com a transformação social .

Este novo olhar que eu estava tendo sobre a Universidade se devia ao fato de ter vivenciado, na prática, os princípios da Extensão Universitária comprometida com a mudança do *status quo* de nossa sociedade.

A Universidade é um espaço formado por muitas pessoas com as mais diversas concepções de mundo e de educação. A visão que as pessoas têm de Extensão não poderia ser homogênea. Contudo, venho aqui defender as idéias presentes no estatuto da UNIRIO – que se identificam com as idéias do Plano Nacional de Extensão Universitária, e que norteiam as ações extensionistas desta Universidade.

Carmen Sanches, professora coordenadora do projeto do qual fiz parte, partilhava desta visão de uma Extensão altamente vinculada ao ensino e à pesquisa, sendo pois um espaço privilegiado para a formação de um profissional crítico e

ciente das inúmeras questões que a vida cotidiana pode trazer, e que, depender apenas de uma visão estritamente teórica pode formar um educador deslocado no tempo e espaço e desiludido ao perceber que sua formação não o preparou para a vida de verdade. Este é um olhar que só quem fez parte de um projeto como este pode ter.

Minhas intervenções e questões mudaram muito depois que comecei a relacionar o que eu presenciava nos encontros em Queimados, com os textos, reflexões e discussões provenientes deles. Comecei a discordar de certas conclusões que muitos colegas tiravam: as considerava incompletas, pois não contemplavam uma aplicação na vida real. Suas críticas eram justificáveis, pois os textos os conduziam para tais posicionamentos. Todavia, o cotidiano tem uma série de entraves que só a vivência prática pode conceber e, nesse aspecto, a Extensão muito pode contribuir, pois oferece a firmeza de uma teoria vivida na prática. E acredito ter somado isto a minha formação, graças às possibilidades que a Extensão me ofereceu.

Estou saindo da Universidade com uma série de dúvidas e inseguranças. Mas, com certeza, não saio com a postura de que estou pronto. Sei que a busca pelo conhecimento é incessante, que a prática vai me colocar em situações que muitos autores sequer falaram. Mas sei que posso buscar meios de resolver estas questões. Humildade e possibilidade. Isto foi a Extensão que me ensinou.

Esta lição foi aprendida quando percebi que estávamos atuando juntos naquelas reuniões onde as professoras aprendiam conosco e nós aprendíamos com elas.

Embora não tivesse consciência à época, desenvolvíamos o que André Morin (2004), chama de Pesquisa-Ação Integrada Sistêmica. Naquele espaço eu não

desenvolvia o papel de observador distante dos acontecimentos que ali ocorriam. Minha participação naquele espaço influenciava no rumo daquelas discussões, ao mesmo tempo em que estas exerciam uma influência na minha participação. Assim era comigo, e percebi que o mesmo acontecia com as demais participantes.

Pensar que cada encontro era um acontecimento e que a participação de cada um dos membros era importante para os rumos das reflexões, era compartilhar com o pensamento sistêmico da Pesquisa-Ação, pois possibilitava analisar um ambiente em permanente evolução em toda a rica complexidade do cotidiano – no caso aquele grupo de professoras – tendo a possibilidade de intervir e provocar mudanças. Esta metodologia de pesquisa adotada e desenvolvida fortalecia aquele grupo não apenas individualmente, mas principalmente, coletivamente

Estávamos indo contra o isolamento e o individualismo que têm sido tão valorizados nestes tempos. Com efeito, a união das professoras como um grupo é condição *sine qua non* para a transformação da realidade de educação infantil que temos para a que queremos. Aquele ambiente de parceria que se estruturou no decorrer dos encontros possibilitou que estas potencialidades se fizessem valer e isto pode ser percebido nas falas que se seguem abaixo:

Formação continuada na Educação Infantil. Após ouvir cada um dos participantes abrirem seus corações, expondo suas dificuldades, senti que todos nós estamos com o mesmo sentimento: fazer o melhor pela Educação Infantil. Estamos confiantes que estes encontros e a parceria da UNIRIO nos proporcionará novas experiências, soluções e conhecimentos que nos possibilitem atuar no progresso e sucesso de nossos pequenos alunos. (Euzinéia, Orientadora Pedagógica, 2003)

Em 27 do 10 de 2003 começou uma plantação enorme de sonhos, desejos e conquistas em Queimados. Começou o encontro dos profissionais de Educação Infantil que há muito tempo era esperado. Plantação de sonhos pois há muito que se fazer para transformarmos a pré-escola que temos na qual queremos.

Plantação de desejos pois é neste ponto que vamos coletivamente desejar que as sementes plantadas cresçam e cresçam forte e dêem frutos. Plantação de conquistas pois não há vitória sem batalha e é aqui que vamos travá-las com leituras, experiências, trocas, idéias, sonhos, desejos. Então vamos, mas vamos juntos. (Naíza, Professora de Educação Infantil, 2003)

Gosto muito de colagem...Eu coloquei a árvore porque é o símbolo de frutos, natureza, de processo, de vida como nós, né? Nasce, cresce...então, aqui somos nós professores. As flores, são diferentes porquê? A diversidade dos nossos alunos. As diferenças que a gente encontra dentro da escola. O Sol representa a energia que a gente precisa todo o tempo para sobreviver. E para lembrar nosso primeiro encontro pus aqui problemas e soluções. Nós trouxemos os problemas e estamos aqui juntos buscando soluções e achei legal por também isso: vivemos mais felizes quando temos em nós a magia do amor, do respeito e da solidariedade. Essa árvore é a da felicidade que vai crescer e dar frutos, e essas flores aqui vão se transformar em frutos do sucesso. Palavras: criatividade, liberdade de escolha, responsabilidade, talento. Falo isso pensando não só em mim, mas em todos nós. E se a gente não sente é só deixar aflorar, pois percebi no primeiro encontro que todos temos isso. (Idária, Professora de Educação Infantil, 2003).

As falas destas professoras evidenciam dois aspectos importantes. Em primeiro lugar, a credibilidade que, apesar das muitas agruras, a academia ainda tem diante da população. Em segundo lugar, a urgência de um olhar atento sobre suas práticas e uma valorização de seus trabalhos.

Estas expectativas de nada valeriam se simplesmente ditássemos o que achávamos certo e justo para aquela comunidade. Partíamos do desejo delas para, a partir daí, construirmos conhecimentos coletivamente de forma viva, visceral, pois era das vivências daquelas pessoas de carne e osso, que se expunham diante de colegas de trabalho, que refletíamos para encontrar soluções para as inquietantes questões que surgiam em seus cotidianos.

Acredito que ao tratá-las com respeito e seriedade fomos fazendo com que elas percebessem a importância de seus trabalhos para si, enquanto profissionais e para seus alunos.

Mas eu aprendi uma coisa: da porta para dentro quem manda sou eu. Claro que você não vai entrar em choque com ninguém, mas nós temos que conquistar nossos espaços. (Jórgea, professora de Educação Infantil, 2004)

Esta fala seria impossível se não tivéssemos criado um espaço para que as professoras se sentissem seguras e valorizadas. Elas podiam não ter consciência da beleza que aquelas palavras representavam naquele momento, mas para mim elas foram emblemáticas. Um grupo coeso e sólido se estruturara durante aqueles encontros, onde cada uma, ao dividir seus sucessos e angústias, fortalecia-se de forma mútua prática, teórica e profissionalmente. Era desta forma que o grupo deveria funcionar. As experiências sendo trocadas: a realidade na escola de uma integrante era uma; para a diretora de outra a formação não era importante; para de uma outra já era...e era assim, para que não fosse uma atitude isolada, que o grupo se consolidava.

Uma integrante falou em um dos encontros:

Que bom que a gente está aqui em grupo e vai discutir algo que vai nos dar respaldo. E este respaldo traz respeito também. Acredito que essa coisa do espaço que a gente vai ganhando é muito da reflexão que fazemos em cima da prática. (Thais, professora de Educação Infantil, 2004)

Concordo com ela. Nossa intenção não era a de lançar um olhar de reprovação para as práticas desenvolvidas. Essa atitude seria um desrespeito com os anos de uma atuação profissional comprometida. Muito pelo contrário. O que oferecíamos era a possibilidade de construção coletiva de um respaldo teórico para

repensar e defender a prática que elas desenvolviam no interior de suas salas de aula e que, por muitas vezes, eram alvo da desmoralização de pais de alunos, das instâncias governamentais e até de professores. Estávamos unidos neste processo de emancipação, que não era apenas delas. Era meu também.

O que escrevo neste trabalho é uma história de mudanças pela qual passamos, as professoras e eu, enquanto sujeitos que dialogavam. Mais do que dialogar com o outro, dialogávamos com nossos pensamentos que nos permitiam construir e reconstruir conceitos, verdades e atitudes na busca por uma sociedade mais justa e democrática.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro desses balizamentos, a produção do conhecimento, via extensão, se faria na troca de saberes, acadêmico e popular, tendo como consequência, a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade. (Plano Nacional de Extensão Universitária, 2001, p.25)

O intuito deste trabalho foi o de contribuir para o processo de reflexão sobre a grande relevância do papel da Extensão, tendo em vista uma efetiva democratização do espaço da Universidade. Recorri a história do Movimento Estudantil para buscar, em suas raízes a origem desta concepção de Extensão, e descrevi um projeto de Extensão que partilhava da mesma filosofia de transformação. As Universidades são, todavia, espaços plurais e refletem a pluralidade da sociedade. Embora algumas ainda apresentem uma concepção assistencialista desta função Universitária, vivemos em um momento muito distinto deste modelo, como nos indica o trabalho desenvolvido pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas.

Buscamos outro movimento. Esta nova concepção de Extensão Universitária oferece a comunidade com a qual trabalhamos o status de parceira. A Universidade também aprende neste contato. Esta é a concepção defendida pelo estatuto da UNIRIO e exercido por muitos dos profissionais envolvidos em projetos extensionistas desta Instituição.

Meu maior desejo ao escrever este trabalho era o de contribuir para a dissolução de uma imagem da Extensão Universitária como Instância assistencialista, a "Prima Pobre" da Universidade, uma vez que não era responsável pela construção de conhecimento. Minha utopia é exatamente o contrário.



## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Nilda & OLIVEIRA, Inês Barbosa de (org). **Pesquisa no/do cotidiano das escolas – sobre redes de saberes**. Rio de Janeiro – RJ. DP&A, 2001.

CRUZ, Anamaria da Costa & MENDES, Maria Tereza Reis. **Trabalhos acadêmicos dissertações e teses: estrutura e apresentação (NBR 14724/2002)**. Niterói – RJ. Intertexto, 2003.

FERRAÇO, Carlos Eduardo. "Currículos e conhecimentos em redes: as artes de dizer e escrever sobre a arte do fazer". In: ALVES, Nilda & GARCIA, Regina Leite (org). **O sentido da escola**. Rio de Janeiro – RJ. DP&A., 2000.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS. **Plano Nacional de Extensão Universitária (1999 – 2001)**, Brasília. SESU/MEC.

FREIRE, Paulo. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. São Paulo – SP. Olho d'água. 1993.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo – SP. Paz e Terra. 1996.

GARCIA, Regina Leite. "Discutindo a escola pública de educação infantil – a reorientação curricular". In: GARCIA, Regina Leite. **Revisitando a pré-escola**. São Paulo-SP. Cortez. 1997.

\_\_\_\_\_ (org.). **A formação da professora alfabetizadora: reflexões sobre a prática**. 2ª ed. São Paulo. Cortez. 1998.

MORIN, André. **Pesquisa-ação integral e sistêmica: uma antropedagogia renovada**. Trad. Michel Thiollent. Rio de Janeiro: DP&A. 2004.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte:PROEX/UFMG.2000.

SAMPAIO, Carmen Sanches. **Aprendi a ler (...) quando eu misturei todas aquelas letras ali...** Tese (Doutorado em Educação), Universidade de Campinas, 2003.

SOUZA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2000.

TAVARES, Maria das Graças Medeiros. **Extensão universitária: novo paradigma de universidade?**. Maceió, AL: EDUFAL,1997.

TUTTMAN, Malvina Tania. **Compromisso social da universidade: olhares da extensão**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal Fluminense, 2004.

SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO: MEMÓRIA(S), HISTÓRIA(S) E EDUCAÇÃO: FIOS E DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2., 2004, São Gonçalo. **Anais...** São Gonçalo: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2004.

CONGRESSO INTERNACIONAL COTIDIANO – DIÁLOGOS SOBRE DIÁLOGOS, 1., 2005, Niterói. **Anais...** Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Pró-Reitoria de Extensão. **RELATÓRIO DO PROJETO DE EXTENSÃO: O TRABALHO COTIDIANO EM TURMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E A FORMAÇÃO DA PROFESSORA NA ARTICULAÇÃO PRÁTICATEORIAPRÁTICA.** Rio de Janeiro – PROEX/UNIRIO, 2004.

**Histórico dos Encontros Nacionais de Pró-Reitores de Extensão Das Universidades Públicas Brasileiras.** Disponível em: [http://www.renex.org.br/forum\\_dirigentes.php](http://www.renex.org.br/forum_dirigentes.php). Acesso em: 13 dez. 2005.

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
ESCOLA DE EDUCAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE DIDÁTICA  
DISCIPLINA: MONOGRAFIA II

ALUNA:

TÍTULO DO TRABALHO MONOGRÁFICO:

ORIENTADOR:

FICHA DE AVALIAÇÃO FINAL

Primeiro avaliador:

Professor convidado:

Nota: 10,0 (dez)

Considerações:

José Ricardo, em seu texto monográfico, discute e reflete sobre o papel da extensão universitária. O tema se transforma em tema de investigação a partir da sua atuação como aluno-bolsista em um projeto de extensão. É gratificante para mim, professora coordenadora desse projeto de extensão, ver o modo como José Ricardo abordou em seu texto o trabalho que juntos desenvolvemos com as professoras e demais profissionais que atuavam, na época, em turmas e em escolas de Educação Infantil no município de Queimados/RJ.

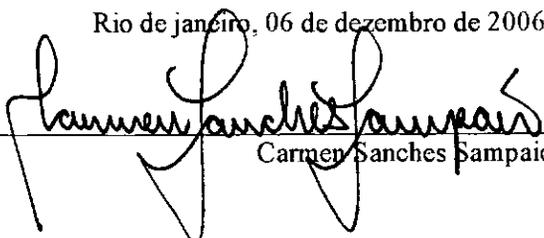
A monografia evidencia o quanto é imprescindível para a formação inicial do professor dos anos iniciais do Ensino Básico ter a oportunidade de experienciar o movimento de articular *prácticoteoriaprática* compreendendo o espaço-tempo da discussão coletiva (e dialógica) com as professoras como determinante para a ampliação dos seus saberes e fazeres. Como nos fala Jorge Larrosa, tendo Walter Benjamin como referência, Zé Ricardo (é assim que o chamamos) vivenciou uma experiência de formação que o transformou, o modificou.

O texto, muito bem escrito, articula o processo de formação vivenciado pelo autor no projeto de extensão do qual participou com a perspectiva histórica da ação extensionista na universidade, de um modo geral, e da UNIRIO, em particular. Ressalta, ainda, a urgência de praticarmos no dia-a-dia da universidade a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

A única ressalva que faço é o cuidado ou, como diria Paulo Freire, a necessidade de ficarmos atentos para exercitarmos a vigilância epistemológica ao realizarmos nossas interpretações e afirmações. Embora o texto defenda a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, defende, em algumas passagens, essa última instância como se fosse a mais importante ou a que garante a transformação e a mudança. Penso que a relação entre ensino, extensão e pesquisa por ser uma relação complexa exige um modo de compreender as partes e o todo de um outro ponto de vista epistemológico e político. Mas, a qualidade do trabalho é inegável e por conhecer as potencialidades do Zé Ricardo afirmo que podia ter aprofundado as discussões teóricas e práticas sobre a experiência de formação (com)partilhada com as professoras do Município de Queimados. Quem sabe esse tema – o da formação docente – possa ser retomado em um curso de pós-graduação?

Parabenizo o Zé pelo trabalho realizado e atribuo a nota 10,0 (dez) a esse texto monográfico, trabalho de conclusão do curso de formação inicial de um professor dos anos iniciais do Ensino Básico que anuncia possibilidades de exercer uma prática pedagógica comprometida com a construção de uma sociedade mais justa, menos desumana e mais solidária.

Rio de Janeiro, 06 de dezembro de 2006.

  
Carmen Sanchez Sampaio

Segundo avaliador :

Professor orientador : Malvina Tania Tuttman

Nota: 10

Considerações:

A presente monografia aborda uma temática relevante e atual, a partir de vivências do autor em ações de extensão.

Ao descrever suas experiências acadêmicas, deixa aflorar a sua sensibilidade sem, contudo, se desviar da reflexão teórica/prática.

O trabalho traz uma efetiva contribuição para o repensar da própria Universidade, considerando a ótica do aluno.

Malvina Tuttman

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Terceiro avaliador :

Professor da disciplina Monografia II: Lígia Martha Coelho

Nota : 10,0

Considerações:

o trabalho apresenta os principais elementos formais de uma monografia.  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

**RESULTADO FINAL**

Avaliador 1	Avaliador 2	Avaliador 3	Pontos	Nota final
10	10	10	30	10,0

Rio de Janeiro, 23 de janeiro de 2006.

(NOME DO/A ALUNO/A)

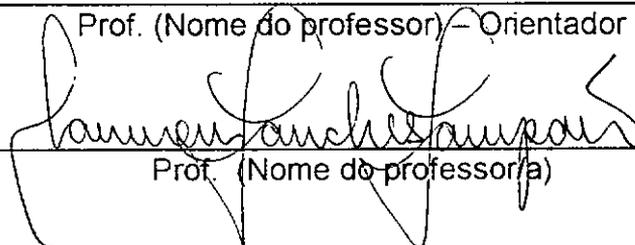
(TÍTULO DA MONOGRAFIA)

Monografia de Conclusão de Curso apresentada ao Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Licenciado em Pedagogia.

Aprovada em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. (Nome do professor) – Orientador



Prof. (Nome do professor/a)



Prof. (Nome do professor/a)

Rio de Janeiro  
2005

QUADRO RESUMO - ORIENTAÇÕES
-----------------------------

Mês Agosto

Dia	22	29		
Observações	Revisão dos loop	loop 1		
Professor	MTH	MTH		
Aluno	José Ricardo	José Ricardo		

Mês Setembro

Dia	7	21		
Observações	loop 2	loop 3		
Professor	MTH	MTH		
Aluno	José Ricardo	José Ricardo		

Mês Outubro

Dia	4	25		
Observações	loop 4	loop 5		
Professor	MTH	MTH		
Aluno	José Ricardo	José Ricardo		

Mês Novembro

Dia	8	22		
Observações	Ajuste final	Ajuste final		
Professor	MTH	MTH		
Aluno	José Ricardo	José Ricardo		